

Maria Lacerda de Moura na Imprensa Anarquista: Educação e a Igreja Católica na Década de 1930

Tatiana Ranzani Maurano

Como citar: MAURANO, Tatiana Ranzani. Maria Lacerda de Moura na Imprensa Anarquista: Educação e a Igreja Católica na Década de 1930. In: BERSI, Rodrigo Martins; MIGUEL, José Carlos (org.). **Pesquisas em Educação:** contribuições de egressos do PPGE. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 259-282. DOI:
<https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-603-9.p259-282>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Maria Lacerda de Moura na Imprensa Anarquista: Educação e a Igreja Católica na Década de 1930

Tatiana Ranzani MAURANO⁴⁴

Introdução

A concepção de Maria Lacerda de Moura sobre educação na década de 1930 é o que se propôs analisar neste estudo sobre a autora. Para ela, o fascismo e a Igreja Católica, juntos, se utilizavam dos institutos educacionais para controlar o que era ensinado à população brasileira, seus corpos e mentes. Este é o seu entendimento sobre o tema. Mas Lacerda não era a única anarquista brasileira a tratar do assunto e, para mostrar isso, recorre-se a dois jornais anarquistas, *A Lanterna* e *A Plebe*, nos anos de 1933 a 1935.

No presente estudo, pretende-se apresentar os escritos dos objetores de consciência, como Maria Lacerda de Moura, em periódicos declaradamente anticlericais e anarquistas da década de 1930 sobre a temática da educação, mas também, inevitavelmente, em alguns momentos, sobre fascismo e clericalismo, por estar-se contemplando a década de 1930, quando esses temas estavam fervilhando, não apenas no Brasil. Mas o que significa ser objeitor de consciência?

A objeção de consciência diz respeito à recusa, motivada por razões ético-morais, em obedecer à lei ou alguma obrigatoriedade que o indivíduo considere iníqua. No âmbito do antimilitarismo e do pacifismo, a objeção de consciência geralmente se expressa na recusa ao serviço militar obrigatório. A noção, entretanto, pode ser empregada de maneira mais ampla,

⁴⁴ Psicóloga, mestre e doutora em Educação. E-mail: querolacerda@gmail.com.

<https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-603-9.p259-282>

inspirada no posicionamento do indivíduo livre diante de estruturas opressivas de qualquer espécie (Gonçalves; Bruno; Queiroz, 2015, p. 30).

Os escritos desses objetores de consciência sobre educação serão expostos, assim como as divulgações dos lançamentos dos livros de Maria Lacerda de Moura, no intuito de enfocar outros autores e aprofundar as temáticas estudadas, muitos deles, como Lacerda, considerados como objetores de consciência.

Através dessas fontes, objetivou-se compreender quem eram as outras e outros escritores, livre pensadores, objetores de consciência que faziam a crítica à dominação clerical, autoritária e à expansão de seu controle, através da educação, os que ecoavam a voz de Maria Lacerda de Moura ou destoavam, criticando alguns dos posicionamentos da autora e, assim, ter-se leitura aguçada dos entendimentos dos anarquistas sobre o papel da educação, na década de 1930.

As fontes que serão usadas são o periódico brasileiro *A Lanterna* – Jornal de Combate ao Clericalismo, com os números 354 a 368, do ano de 1933, números 369 a 383, do ano de 1934, números 387 a 392 e os números 397, 398, 400 e 401, do ano de 1935; *A Plebe* – Periódico Libertário, com os números de 7 a 34 e 36 a 52, do ano de 1933, os números 53 a 77, do ano de 1934, e os números 79 a 90 e 92 a 102, do ano de 1935, ambos encontrados no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Entre idas e vindas, justamente pela repressão política, o periódico *A Lanterna* foi fundado na cidade de São Paulo, em 1901, pelo anarquista Benjamin Mota, circulando até 1904 e voltando a circular sob a editoração de Edgard Leuenroth, em 1909, encerrando-se em 1916. Ficou 17 dezessete anos sem circular, para voltar em 1930, permanecendo até 1935, como um jornal de combate ao clericalismo.

É possível constatar, na leitura feita de todos os números dos exemplares citados anteriormente, que o jornal é totalmente dedicado a críticas sobre as instituições clericais, sejam elas jesuítas, sejam católicas romanas, apresentando várias denúncias de abuso de poder, escândalos, demonstrações de coligação do clero com o fascismo, não apenas do Brasil, mas na América Latina e na Europa.

O jornal *A Plebe* – Periódico Libertário, foi fundado por Edgard Leuenroth, em 1917, em plena atividade da Greve Geral, compondo-se em

um veículo da imprensa anarquista que iria além da questão anticlerical, para o movimento operário, tendo seção do jornal específica para a luta operária e debate sobre o anarquismo. Considerado o jornal mais duradouro da imprensa anarquista, segundo estudos de Silva (2005), manteve-se em plena atividade durante 30 anos. A partir de 1932, em sua nova fase, teve como redator-gerente Rodolfo Felipe, amigo de Maria Lacerda de Moura.

Fundamentação Teórica

Nada como a metodologia de um autodidata (Maurício Tragtenberg), para guiar o movimento de pesquisa e compreensão de uma pensadora autodidata (Maria Lacerda de Moura). Os estudos de Maurício Tratenberg (2004) denunciam a lógica capitalista na educação - professores rígidos, reprodutores da ideologia em voga, formando os servos ignorantes em diversas áreas (justiça, medicina e educação), garantindo sua hegemonia; o saber produz o conhecimento necessário para a dominação, para aqueles que querem dominar, o controle sobre esse saber é essencial.

Sua lógica, entendimento crítico sobre a educação, a produção de conhecimento e a dominação contribuem para o objeto de estudo, é preciso ver além do que é mostrado, a fim de compreender os processos de dominação e controle sociais. Entender o momento histórico, a lógica do (s) poder (es) para enxergar esse processo e legitimar a narrativa daqueles que não concordam com a manipulação da realidade que está imposta. Um movimento de resgate do momento histórico, político e cultural vivido pelo autor (a) estudado para então debater seus escritos.

Metodologia

Pesquisa história documental, utilizou-se fontes primárias da década de 1930, os jornais *A Lanterna* – jornal de combate ao clericalismo e *A Plebe* – periódico libertário, ambos publicados entre os anos de 1933 a 1935 que se encontram no Arquivo Edgard Leuenroth na Unicamp, além da pesquisa bibliográfica da autora estudada em seus livros publicados na década de 1930, destacando-se: *Fascismo, filho dileto da Igreja e do Capital, Clero e Fascismo: Horda de Embrutecedores e Ferrer, o Clero Romano e a Educação laica.*

Resultados e Discussões

A Lanterna surgiu, em 1901 em São Paulo, como uma iniciativa das Ligas Anticlericais do Estado de São Paulo, em sua primeira fase, com a direção de Benjamin Mota, priorizando assuntos anticlericais e de denúncia dos abusos dos clérigos, mas com algum caráter liberal. Em 1909, Edgard Leuenroth é alçado à direção e, com a contribuição de Neno Vasco e outros anarquistas, o jornal assume o anarcosindicalismo, incluindo publicações do movimento operário, no Brasil e fora.

Com uma linguagem combatente, muitas vezes intelectual, outras vezes, de uma ironia bem refinada. Na leitura feita dos exemplares do jornal, buscou-se por artigos de Maria Lacerda de Moura, citações da autora ou sobre a autora, além de artigos de outros autores acerca de educação. Os temas específicos sobre o fascismo e o clero não foram indexadores de busca, primeiro, por ser o objetivo discutir a questão da educação e, segundo, pelo fato de o jornal ser completamente dedicado à crítica, principalmente ao clero, mas também ao fascismo.

Maria Lacerda de Moura participou de várias atividades das Ligas Anticlericais divulgadas no jornal, sempre discursando a favor da educação livre de preconceitos e contra os absurdos do clero e do fascismo. O jornal é todo voltado à crítica da religião católica, seja de ordem romana, seja jesuíta, denunciando as hipocrisias, ditaduras, no sentido do controle das mentes e almas, querendo dominar o mundo através da imposição e violência (inquisição, autos de fé e torturas).

A seção do jornal denominada *Catecismo Hereje* é onde mais citações de Maria Lacerda aparecem, por 8 vezes, 2 no ano de 1933, 5 no ano de 1934 e 1 vez no ano de 1935. Dentre as oito citações de Maria Lacerda de Moura feitas nessa seção do jornal, destacam-se duas, as quais, de alguma forma, contribuem para a discussão sobre a educação, como a seguinte, estampada no n. 358, de 10 de agosto de 1933m: “A covardia mental é a mais poderosa das forças reacionárias”; essa citação também está reproduzida na página 71 do livro *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, na edição de 2021c do Centro de Cultura Social. Mas é na citação do jornal n. 373, de 8 de março de 1934b, que se tem a autora abordando especificamente a educação:

Todos querem, todos se arrogam o direito à exploração da alma da criança. E no momento histórico que atravessamos, já o clero brasileiro se arremontou para poluir a alma das gerações nossas – através do ensino católico na escola nacional (*A Lanterna*, 1934b, n. 373, p. 2).

Essa citação também se encontra no livro *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, na página 67 da edição de 2021c. No capítulo intitulado “A alma feminina é a presa diletta das garras do clero”, ela alerta a todos dos intuitos do fascismo e do clero, tendo como viés a educação, tornando as crianças e os crentes em presas fáceis dos defensores da “civilização do bezerro de ouro” (Moura, 2021c, p. 68). Outros autores também se utilizam dessa mesma expressão, “civilização do bezerro de ouro”, termo já explicado no presente trabalho.

As participações de Maria Lacerda de Moura como oradora convidada, seja do movimento anticlerical de São Paulo, seja nas Ligas Anticlericais do interior do Estado de São Paulo. Encontraram-se quatro registros de suas participações. Demonstrando que a autora, além de seus escritos publicados sobre a importância da educação para a livre consciência humana também viaja para outras cidades, levando o seu entendimento sobre essas temáticas e fazendo conferências, debates e, assim, fortalecendo o movimento anticlerical de resistência em outros espaços.

Diante da leitura de *A Lanterna*: jornal de combate ao clericalismo (1933-1935), identificou-se outros autores que abordavam a educação. Localizaram-se trinta e três artigos; dezoito autores foram identificados, quer com seus nomes, quer com apelidos, quer ainda com iniciais; 4 artigos sem assinatura, 2 dos movimentos estudantis e 1 da Coligação Nacional Pró-Estado Leigo. O autor com a maior quantidade de artigos sobre educação escritos foi Xisto Leão, com 7 artigos, depois Luiz Rogerio, com 3 artigos, e Arthur Thompson, também chamado de Almirante Thompson, com 2 artigos. Os artigos não assinados, que contam 4, não entraram nessa contagem, pois podem ser todos de um mesmo autor, mas podem ser também de autores diferentes.

Utiliza-se como maior referência os artigos de Xisto Leão, autor com o maior número de artigos sobre educação, e seus outros artigos sobre a dominação clerical e o fascismo se aproximam sobremaneira dos escritos de Lacerda. Mas se trabalham os artigos específicos sobre educação. Infelizmente o autor que mais escreveu sobre a educação no jornal não pôde ser identificado: Xisto

Leão era um pseudônimo utilizado por um livre pensador, o qual, por motivos desconhecidos, não se pôde identificar: têm-se possíveis suposições, óbvias para o momento vivido de repressão, mas que não podem ser confirmadas.

O primeiro artigo de Xisto Leão, de 03 de agosto de 1933a, no número 357, intitulado “Não de padres que se precisa”, fez uma crítica feroz ao clero e a sua dominação. Utiliza-se do mesmo termo que Maria Lacerda de Moura, sobre à dominação clerical, “polvo clerical”, constatando-se que essa não é uma particularidade dos escritos da autora ou de Xisto Leão, mas de outros autores e, inclusive, com representações de *charges* desse tipo de dominação.

Abaixo uma *charge* representa esse termo usado por autores da época, no jornal *A Lanterna* (1933-1935), com os seguintes dizeres “Serão pelo menos incompletos os resultados de qualquer movimento popular que tenha por fim libertar o povo brasileiro, se não se combater resolutamente o imperialismo do Vaticano”. Na imagem, vê-se um polvo com uma cabeça de clérigo, representando a territorialização clerical sobre o Brasil, e cada tentáculo abraça uma instituição: a assistência social, a fábrica, o lar, o quartel, a política e a escola.

Figura 27 – O Polvo Clerical



Fonte: *A Lanterna*, 1935, n. 396, p. 1 – AEL- UNICAMP.

Assim como o termo “polvo clerical” une o pensamento de Lacerda com outros objetores de consciência, a crítica feroz ao clero e sua força também o fazem. O movimento anticlerical era muito forte, em todo o Brasil, com representantes em quase todos os estados, nas Ligas Anticlericais, onde se uniam anarquistas, liberais, maçons e, inclusive, alguns republicanos. Através das páginas dos jornais anticlericais, foi possível confirmar algumas localidades (cidades e estados), como as Ligas Anticlericais, em: Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Pelotas, Porto Alegre, Uruguaiana, Sorocaba. É inegável o nível de organização, debate e escritos dos anarquistas, em relação ao combate do clericalismo. O nível de organização chega ao ponto de terem jornais específicos sobre a luta anticlerical, como é o caso de *A Lanterna*, citando apenas um jornal do Estado de São Paulo. Para o movimento anticlerical, assim como para o anarquismo, não existiam fronteiras.

A crítica também vai para além das fronteiras. No artigo anterior, Xisto Leão menciona a dominação do polvo clerical sobre as instituições, incluindo a escola. O artigo no número 361, de 14 de setembro de 1933c, na página 3, intitulado “Não hesitemos: Guerra ao Vaticano! – Abaixo as mistificações e os embustes que nos achincalham e nos aniquilam”, não trata especificamente da educação, mas facilita a compreensão do autor de ir além do território brasileiro. Escreve sobre a influência do Vaticano em todas as mazelas do mundo ocidental, as guerras, as chacinas, convencendo o povo humilde, através dos dogmas que a eles são ensinados, argumentando que têm que passar por tudo.

Há igualmente o alerta “Brasileiros, a postos! Oponhamo-nos resoluta e energeticamente á expansão do perigo negro que nos ameaça” (*A Lanterna*, 1933b, n. 359, p. 3). O perigo negro ao qual Xisto Leão se refere são os padres que vestem a batina preta. Nesse artigo, o autor pergunta aos leitores se existe alguma dúvida sobre a ação do padre e sua interferência na ordem pública, nas suas mais diversas áreas (política, social – entende-se educação também e economia). Chama-os de ladinos, “[...] na sua arte de escamotear e confundir o próximo” (*A Lanterna*, 1933b, n. 359, p. 3).

Através da educação, a instituição clerical tem o privilégio, desde tenra idade, de construir na criança o tipo de mentalidade ideal para continuar a ser uma das instituições religiosas mais ricas e com maior expansão territorial. Qual o produto, segundo o autor, de tantos anos de interferência da Igreja? Um mundo de vícios e erros.

De acordo com sua explicação, todas as coisas que aconteciam eram resultado de uma formação de homens cegos a todas as realidades, criando pessoas impotentes e incapazes de reagir aos desmandos dos dominadores. Eles não defendem o povo, porém, o Vaticano, que representa os exploradores. A educação católica, para Xisto Leão, é “[...] a estagnação do homem na indiferença de todas as questões mais sérias da humanidade: é o desprezo pelo sofrimento alheio [...]” (*A Lanterna*, 1933b, n. 359, p. 3). As críticas não param por aí: o autor continua falando sobre as guerras que visam somente ao lucro e às injustiças sobre os pobres e famintos, para serem a edificação dos seus templos de riqueza. A Igreja destrói a harmonia social, porque seus ensinamentos levam à irracionalidade.

Mas, especificamente sobre o Brasil, ele pergunta: “Para que se fez Revolução? Para o povo? Para os Padres?” (*A Lanterna*, 1933d, n. 367, p. 1). Essa é a pergunta que o autor faz diante do anteprojeto da Constituição brasileira, quando estava sendo discutido e cogitado o ensino religioso nas escolas, se opcional. Critica a Constituição por ser um papelacho a favorecer a padraria. Nem mais, nem menos. Os eternos exploradores da ingenuidade popular hão de sentir-se extremamente bem com tais promessas de domínio mais fácil e mais perpétua sobre todos nós.

Pois não foi certamente para converter em leis a própria república das imoralidades, tão fértil em escândalos e abusos [...] como um atentado a liberdade de pensamento, que se fez a revolução. Não foi, não pode ter sido para mais oprimir e vexar o povo que se preparou e fez estalar o grande movimento armado que deveria conduzir a nação a um regime de garantias de liberdade.

Ensino religioso nas escolas... nada disso... (*A Lanterna*, 1933d, n. 367, p. 1).

Essa passagem demonstra um pouco da ironia do autor, característica que também podemos ver em outros colaboradores do jornal, assim como já se constatou também em Maria Lacerda de Moura. No artigo acima citado, o autor se pergunta para quem foi feita tal revolução que apenas oficializou o *status quo* das desigualdades já existentes no país. Esse é um questionamento que se mantém em Xisto Leão, como se pode ver no artigo seguinte, “Revolucionários de verdade, ou joguetes da padralhada?” (*A Lanterna*,

1933e, n. 368, p. 1), protestando pelo fato de que os homens livres não lutaram para ter ensino religiosos, nas escolas, pelo contrário. “Não será com padres nas escolas que evitaremos a escravidão fascista no Brasil” (*A Lanterna*, 1934a, n. 374, p. 2).

A cada artigo, Leão vai se apresentando como um escritor que, de várias formas, em vários momentos, comunga com as ideias de Maria Lacerda de Moura, como nesta frase: “O fascismo é, antes de tudo, antes de mais nada, fruto do capitalismo” (*A Lanterna*, 1934a, n. 374, p. 2). E seria também o fim da Igreja que cria os “cordeiros”, como lhe convém, através do ensino religioso.

A resistência a toda essa forma de dominação é necessária, força para garantir a liberdade de consciência: “O polvo clerical não dominará o Brasil” (*A Lanterna*, 1934b, n. 380, p. 4). Leão reafirma a intenção de dominação do povo pelo clero, por meio do ensino religioso nas escolas, defendendo que o povo deve resistir e garantir a sua liberdade consciência. “O monstro clerical e a sua sórdida missão” (*A Lanterna*, 1935b, n. 399, p. 4). O autor discorre sobre à instituição católica, que tem como missão a desculpa de ensinar, mas, na verdade, é produzir cabeças não pensantes, as quais possam ser dominadas e seguirem o seu propósito, que é servir a Deus, na verdade, servindo ao sistema clerical e a quem ele designar que esteja no poder.

O periódico libertário *A Plebe* foi fundado em 1917, esteve presente até 1951, ficando alguns anos sem publicação, por causa da repressão da polícia política e pelas próprias dificuldades de manutenção. O jornal teve diversos colaboradores, os quais escreviam artigos, os redatores-gerentes Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Pedro A. Mota e Rodolfo Felipe. Os jornais analisados de 1933-1935 são da chamada nova fase do jornal, que tinha como redator-gerente Rodolfo Felipe.

Nesse periódico, buscou-se por Maria Lacerda de Moura e sobre educação, incluindo as palavras “escola” e “ensino”. Nas 96 edições do jornal, entre 1933-1935, analisadas, ela foi citada 75 vezes, na divulgação e indicações dos seus livros, nas conferências de que participou, nos artigos publicados. Obtiveram-se 5 artigos, sendo que o último deles foi publicado em 4 partes, em edições diferentes, 6 conferências na cidade de São Paulo e no interior do Estado; notícia sobre a visita que recebeu da militante argentina Concepción

Fernandez, divulgação de 5 livros de Lacerda, sendo citados em diferentes edições, por dezessete vezes; teve 7 livros recomendados, sendo recomendados em cinquenta e duas edições diferentes e ela também doou 3 livros para, com a venda, arrecadar fundos para o jornal, assim como 2 citações de frases suas na seção “Estilhaços...”

Dos 5 artigos publicados de Maria Lacerda de Moura, nenhum aborda especificamente a educação, mas 3 deles conversam com o tema da educação, o clero e o fascismo, pois tratam de política e consciência humana. São eles: “Direitos civis e políticos à mulher” (*A Plebe*, 1933d, n. 18, p. 2), “A política não me interessa” (*A Plebe*, 1933f, n. 19, p. 1) e “Nem governos nem sacerdotes” (*A Plebe*, 1933j, n. 34, p. 2). Além desses artigos, ela publicou mais dois, são eles: “A Legião Negra de São Paulo” (*A Plebe*, 1933l, n. 36, 37, 38, 39, todos na p. 2) e “A proposito das perseguições aos Israelitas” (*A Plebe*, 1933g, n. 24, p. 2).

Os artigos que contribuem para a questão da educação, nos escritos de Maria Lacerda de Moura, são os três primeiros mencionados acima. O primeiro, “Direitos civis e políticos à mulher” (*A Plebe*, 1933d, n. 18, p. 2), demonstra o quanto a Igreja se utilizará desse direito, para impor suas vontades, ao passo que, no número seguinte, considera a inutilidade do voto:

Democracia? – Ferrero a definiu: ‘este animal cujo ventre é imenso e a cabeça insignificante’...

O voto não é necessidade natural da espécie humana: é uma das armas do vampirismo social. Si tivéssemos os olhos abertos, chegaríamos a compreender que o rebanho humano vive a balar a sua inconsciência, aplaudindo à minoria parasitaria que inventou e representa a ‘tournéé’ da teatralidade dos governos, da política, da força armada, da burocracia de afilhados – para complicar a vida cegando aos incautos, afim de explorar a todo o gênero humano em proveito de interesses mascarados nos ídolos do patriotismo, das bandeiras, da defesa sagrada dos nacionalismos e das fronteiras, da honra e da dignidade dos povos...

Depois, a rotina, a tradição, a escola, o patriotismo cultivado, carinhosamente, para que a carneirada louve, em uníssonos, o cutelo bem afiado dos senhores. A religião, a família se encarrega do que falta para desfibrar o individuo (*A Plebe*, 1933, n. 19, p. 1)⁴⁵.

⁴⁵ *A Plebe* – periódico libertário, números 7 (07.01.1933) a 102 (23.11.1935), Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.

Esse fragmento é apenas uma amostra das fortes e conscientes palavras de Maria Lacerda de Moura, criticando a política e os seus senhores famintos de poder. Para se manter no poder, é preciso domesticar as consciências com bandeiras, dogmas, e a escola tem seu papel fundamental para moldar a obediência servil.

O último artigo, “Nem governos nem sacerdotes” (*A Plebe*, 1933j, n. 34, p. 2), segundo o jornal, faz parte de outro livro inédito de Maria Lacerda de Moura, intitulado *Clero, fascismo e antissemitismo*. Nele, a autora aborda o fato de existirem duas formas de ética em que se resumem todos os problemas humanos:

A primeira fórmula de ética vem da sabedoria antiga, do Templo de Delfos. A sabedoria moderna acrescentou-lhe um poema de beleza e harmonia: “Conhece-te a ti mesmo” – “para aprenderes a amar”. A segunda fórmula é consequência da primeira: “Unir ao individualismo dos espíritos o comunismo das mãos” – liberdade e auxílio mútuo. Pensamento livre, livre consciência e trabalho manual para todos. (*A Plebe*, 1933j, n. 34, p. 2).

Na citação acima, verifica-se mais uma vez a sua aproximação de pensamentos filosóficos com o anarquismo individualista de Han Ryner e do anarquismo quanto à liberdade e auxílio mútuo. As ambições e a cultura da imbecilidade aplaudem os déspotas: mesmo assim, o ser humano pode, individualmente, iluminar sua consciência para a fraternidade e acima de todos os despotismos e torturas, sobrevivendo às inquisições políticas e religiosas, de modo a sermos irmãos, no auxílio e respeito mútuo, no culto à liberdade e à bandeira dos Direitos Humanos. Essas aspirações da autora podem se concretizar muito, segundo ela mesma, com a educação do livre pensamento e consciência.

A autora, apesar de suas críticas, acreditava na possibilidade de se viver em um mundo mais harmônico, de respeito às diferenças, pensamento livre e ajuda mútua, sem dogmas, autoritarismos, baseados na consciência livre e respeito às individualidades. Era totalmente contra qualquer forma de violência ou dominação, algo que se pode verificar nas 6 conferências de Maria Lacerda, as quais foram registradas, nesse período, com temas contra a guerra, antissemitismo, fascismo, clericalismo, e a favor de uma educação livre de dogmas, tendo como amparo autores

como Francisco Ferrer, ao qual ela dedicou todo um livro, divulgado e recomendado pelo jornal.

Quanto aos outros autores que escreveram no jornal sobre o tema da educação, não será feita uma tabela, por serem muitos e vários deles terem escrito apenas um artigo, no intervalo verificado, de 1933-1935. Foram encontrados sessenta artigos, que focalizam a educação, de alguma forma, dentre os quais quinze sem assinatura, 3 de Souza Passos, M. Garcia, Campos Carvalho e um artigo de cada dos 52, alguns sem assinatura, publicadas pelo movimento operário e outros autores que colaboraram com o jornal: J. Carlos Boscolo, Isabel Cerruti, Neno Vasco.

Dos artigos de Souza Passos, o primeiro chama-se “Educação ou retrocesso” (*A Plebe*, 1933, n. 39, p. 4) e questiona o conceito de evolução. Indigna-se o autor com a possibilidade de ansiarmos pela liberdade e consciência livre, todavia, vivermos dominados. Isso leva ao seu segundo artigo, “A vida proletária á beira de um abismo – o caso da Austria é um preludio da sangreira com que o capitalismo julga salvar os seus privilégios”, uma vez que as expressões do fascismo têm como objetivo impedir a realização humana, a fraternidade e a liberdade.

A educação fascista não só cria o ódio como impede o ser humano de se desenvolver em sua plenitude, na liberdade de pensamento e ação, na vivência coletiva e de apoio mútuo, concebidas como proposta pelo anarquismo e seus pensadores. Por exemplo, na educação, com o pedagogo anarquista Francisco Ferrer, o qual é o título do terceiro artigo de Souza Passos. Nele, o autor assevera que o mundo está escravo dos preconceitos religiosos, fruto da educação, de concepções dogmáticas que “[...] comprimiam o coração de Francisco Ferrer onde transbordava a seiva da fraternidade humana” (*A Plebe*, 1934, n. 73, p. 3).

Seres humanos servis e fáceis de dominar e explorar, seja pelo clero, seja pelo fascismo ou capitalismo – esse é o resultado de uma educação baseada em dogmas e preconceitos, sobre os quais já escreveram Maria Lacerda de Moura, Souza Passos, assim como Martins Garcia, no seu artigo “Vida de anarquista – Anarquismo, sindicalismo e revolução social”, quando alerta para as “[...] consequências malignas de uma falsa educação [...]”, que começa na edição de *A Plebe*, 1934, n. 58 e termina no n. 59, ambas na página 2, apresentando as possibilidade de uma redenção.

A educação é um dos grandes motes da transformação social. A esse coro se une a voz de Campos Carvalho, no artigo “O século da criança”, onde o autor denuncia a descoberta da burguesia em explorar o trabalho da criança: “Esquece a burguesia que aí esta se formando uma criança proletária e que lutar com consciência desde tenra idade até adulto” (*A Plebe*, 1934, n. 71, p. 2), não aceitando o “[...] método de educação da classe pobre, procurando que subsista para sempre a admirável obediência [...]” (*A Plebe*, 1934, n. 73, p. 2).

Sobre a educação, M. Sanches, em “Momento Pedagógico”, faz um alerta acerca da “[...] a responsabilidade dos professores na formação do ser humano e a uma educação adequada ao desenvolvimento da ciência” (*A Plebe*, 1933, n. 8, p. 2). Assim como Martins Garcia, citado anteriormente, M. Sanches, com outros autores, alerta para as consequências de uma educação baseada em dogmas religiosos e mitos patrióticos. É unísono, em quase todos os outros autores que abordam a educação, melhor dizendo, o problema da educação que tem a intromissão do fascismo, pela autoridade, do clero, pela caridade, pela fé, os quais se embrenham como um polvo em quase todas as áreas, do capitalismo ao proletariado, por meio das campanhas de educação e saúde, transformando-se em fazedores de rebanhos. Critica-se essa educação totalitária e promove, através dos movimentos operários, nas escolas racionalistas, uma educação libertária.

Os outros anarquistas que focalizam o tema da educação, em algum momento, em seus artigos para o jornal *A Plebe* (1933-1935), escrevem 27 artigos, alguns assinados, abreviados ou sem assinatura. Infelizmente, não serão descritos e estudados todos eles, neste documento, pois ficaria cansativo para o leitor e, em alguns momentos, mesmo que examinando a educação, fora de contexto para a pesquisa. Tenta-se então resumi-los, dando os destaques necessários àqueles autores que mais “conversam” com o tema da pesquisa.

João Pontes Moraes, no texto “O clero e a Contra-revolução” (*A Plebe*, 1933, n. 7, p. 3-4), denomina contrarrevolução o fato de os paulistas reacionários da política burguesa e o clero financiarem o movimento, fazendo a crítica de os hospitais estarem lotados, centenas de desamparados, de não terem escolas suficientes, enquanto a igreja doa ouro para a “revolução”:

O problema social do mundo não desperta a sua atenção. Que se importam eles que haja miséria e desespero. Os imbecis proporcionam-lhes

conforto invejável. A bolsa dos burgueses está sempre aberta para encher-lhes as mãos de ouro. O trabalho que prestam á burguesia, de anestesiar a consciencia do povo, é bem pago [...] Onde o Arcebispo sepultou os ensinamentos do grande revolucionário, Jesus, aproveitado pela igreja como divindade para bestificar a massa? (*A Plebe*, 1933, n. 7, p. 3-4).

Mas a educação das massas está evoluindo e o “Trio Corruptor” (*A Plebe* 1933, n. 13, p. 4), como diz Vanguardeiro, está afundando:

Religião, burguesia e capitalismo, estão, neste século, navegando num barco frágil, apodrecido pelo tempo e gasto na sua estrutura, fazendo agua já nos porões da estabilidade graças á evolução e educação das massas (*A Plebe*, 1933, n. 13, p. 4).

Nisso se inclui a educação anarquista, racionalista, pois, em face de tanta injustiça social, não há como não ser anarquista, escreve Alfredo Calderon, no artigo intitulado “Serei Anarquista?” (*A Plebe*, 1933, n. 15, p. 1), acrescentando: “[...] a educação transformada em um meio de formação dos espíritos para adaptar ao ambiente; o sentimento religioso convertido em monopólio de uma Igreja que faz dele um negócio e adora um Deus ‘por interesse’ [...]” (*A Plebe*, 1933, n. 15, p. 1).

Ditam-se regras que contradizem os ensinamentos, tendo-se na educação religiosa obrigatória nas escolas uma forma de se eximir do seu trabalho de sacerdócio. Como explica um autor anônimo, no artigo de *A Plebe*, número 16, página 3 de 1933, com o título de “Os dez mandamentos do eleitor católico”; o sétimo fala se refere às escolas:

7º - Para introduzir obrigatoriamente o ensino religioso nas escolas; para que os colégios públicos e particulares deem 5 horas diárias de catecismo ás crianças brasileiras, poupando esse trabalho aos nossos queridos sacerdotes [...] (*A Plebe*, 1933, n. 16, p. 3).

Esse é o intuito da Igreja e, para se livrar dessa doutrinação, aconselha: “Trabalhador – sê o teu próprio defensor” (*A Plebe*, 1933, n. 20, p. 2), um artigo anônimo que sugere ao trabalhador cuidar da sua própria educação, instrução e reflexão, pois as castas capitalistas, sacerdotais, industriais e

latifundiárias não irão fazer isso, pois a elas só interessa a exploração. “É como diz o Escritor: pobre educação capitalista.” (*A Plebe*, 1933, n. 20, p. 3), reflete Oliveira Rigonati, em “Conceitos de um caipira paulista”, criticando a imbecilidade de alguns senhores, dando como exemplos o sr. Pinto Serva e o Dr. Baptista Luzardo, este último por considerar a prostituição uma necessidade.

Por isso, a importância da educação baseada na ciência, porque desta depende o nosso futuro: é o que diz aos professores, em relação às crianças, José Ingenieros, no artigo “Pela humanidade futura”:

Ensina-lhes que entre os deveres do homem, o primeiro dever é a intensificação da própria personalidade, mediante a cultura da inteligência, a socialização dos sentimentos, a educação da vontade: assim se forma o homem livre, o cidadão laborioso, conciente, altivo em sua dignidade de seu semelhantes. Essa é a aurora porvir (*A Plebe*, 1933, n. 22, p. 4).

Pode-se destacar alguns “Pontos de doutrina – as razões porque somos libertários ou anarquistas” (*A Plebe*, 1933, n. 22, p. 4), conforme frisa um escritor anônimo, com 6 razões: “1 – Religião explora; 2 – O trabalho manual e intelectual é criador; 3 – o governo é improdutivo; 4 – Polícia é sementeira de ambições; 5 – A lei não impede os delitos e 6 – a pátria é a criação arbitrária dos governantes”.

“Nós libertários queremos uma sociedade em que cada um se governe a si mesmo, e na qual os meios de produção estejam ao alcance de todos os seres humanos” (*A Plebe*, 1933, n. 22, p. 4). Essa fala se aproxima bem do anarquismo individualista de Maria Lacerda de Moura e de outros anarquistas, como André Néblind, Émile Armand e Han Ryner.

E para alcançar estes fins, propomos os seguintes meios de ação:

Procurar agremiar todos os trabalhadores assalariados, de boa vontade, decididos a combater os preconceitos religiosos, políticos, econômicos, sociais. Procurar abrir na muralha negra da ignorância, da hipocrisia, de todos os preconceitos e de todas as opressões, uma brecha por onde possa livremente irradiar um pouco de vida e ideal. Procurar facilitar aos espíritos livres e curiosos, que desejem conhecer a questão social, 0 os meios indispensáveis para tal fim. Procurar despertar e estimular, principalmente entre a mocidade das escolas e dos produtores, o gosto e o interesse pela leitura e estudo das diversas escolas sociológicas, filosóficas e científicas, que mais interessem á cultura geral. Procurar, finalmente, contribuir para a difusão das moderna

idéias de emancipação humana, preconizadas pelos mais formosos espíritos de cientistas, filósofos e artistas, sustentadas pela parte sã e consciente dos produtores do Universo (*A Plebe*, 1933, n. 22, p. 4).

Essas são algumas diferenças entre a educação de um fanático e um consciente ponderado, como em “O nosso contro – Um Patriota”, de João Távora (*A Plebe*, 1933, n. 24, p. 3) e o que repetem algumas organizações, como o Comitê organizador de Campinas, em “Aos homens de consciencia livre” (*A Plebe*, 1933, n. 29, p. 4).

Inimigo de todo e qualquer princípio de liberdade humana, o clero manteve-se sempre ao lado dos opressores contra os oprimidos. (Haja vistas nas relações amistosas do Vaticano com Hitler e Mussolini). Aqui no Brasil esses propagadores do erro e da mentira tentaram introduzir o ensino religioso nas escolas e vendo fracassado o seu intento, resolveram transformar as igrejas em centros de propaganda política (*A Plebe*, 1933, n. 29, p. 4).

Da mesma forma, a União dos Artífices em calçados, em “O nosso grito de Repulsa contra o bandoleirismo fascista” (*A Plebe*, 1933, n. 34, p. 4), na seção “Ignorancia e Cultura”, enfatiza a importância da educação e da cultura, com base na pedagogia de Francisco Ferrer. Para combater e evitar que o Brasil se torne “A Alemanha subjugada pelo nazismo” (*A Plebe*, 1933, n. 36, p. 4), o autor anônimo explica sobre os campos de trabalho, treinamento e educação militar.

A “Escola de Vagabundos” é um bom exemplo, mas referente ao Estado, no qual B. S., no artigo “Paradoxo” (*A Plebe*, 1933, n. 37, p. 4), conta que chegou a uma Chácara, que descobriu ser do governo, pôs-se a conversar com um senhor, que também olhava o ambiente. Ali estavam várias crianças, maltrapilhas e castigadas, em extrema disciplina: plantavam o dia todo, dormiam em barracões e, à noite, iam para a escola, onde, além de tudo aprendiam a rezar e a instrução militar. Ora, e eles eram os “vagabundos”, segundo esse senhor que também os observava?

Esforçava-me por desfazer a confusão que aquele paradoxo me proporcionava: os vagabundos são quem trabalha, quem revolve a terra, quem planta, quem colhe...

Aprendem a rezar e militarizam-se... Esta é a escola que eles recebem!
Que crime terá cometido aquela massa de crianças?
...Ah! Sofrem fome! Tiritaram de frio! Dormiram nas portas das igrejas!
Então, prenderam-os, como prendem a todos, para afastar da cidade esse
aspecto de miséria que existe em todas as urbes dos países capitalistas.
Que mundo de lodo! (*A Plebe*, 1933, n. 37, p. 4).

É preciso estar atento à falsa educação, e o artigo de Atomo, intitulado “Humildade, resignação, tolerância...” (*A Plebe*, 1933, n. 41, p. 2) alerta sobre os falsos educadores que querem que o povo seja humilde, resignado e se curve diante das autoridades (patrão, padre, general, governador). Essa é uma autoridade artificial, porque todos são e têm como fim a exploração. São os pobres que têm de ser humildes ou devem se orgulhar da sua força, pergunta o autor? Em sua opinião, a resignação foi inventada por ricos, com o objetivo de escravizar. Como nos resignar, se o salário não dá para o sustento? “Sublime escola essa que nos ensina a curvar a espinhela para que os piratas cavalguem!...”

Essas situações despertam para o senso de justiça; por isso, chega Bongado, em “Revolução Social” (*A Plebe*, 1933, n. 42, p. 2), questionando acerca do que é preciso para tal. Deve estar ligada ao sentir, pensar e agir dos indivíduos, sem as autoridades, com os decretos, leis recompensas, castigos, prisões, propriedades e atos religiosos, cada um com seus próprios interesses. “As lutas políticas e religiosas que se agitam atualmente, partem de percepções despeitadas, filhas duma educação decadente e de físicos doentios” (*A Plebe*, 1933, n. 42, p. 2).

Ora, o homem, como salienta H. Halpern, em “A religião e o proletariado” (*A Plebe*, 1933, n. 42, p. 1),

no albor da sua infantilidade não possui nenhuma noção sobre deus, anjos ou diabo. De tudo isso vem a ter-se conhecimento pelas circunstâncias acidentais em primeiro lugar da mãe, avô, e, naturalmente da escola (*A Plebe*, 1933, n. 42, p. 1).

É preciso continuar lutando e resistindo contra esse “Trio Corruptor”, o qual tenta dominar a todos. E a Conferência Internacional das Trabalhadoras em Bruxelas (*A Plebe*, 1933, n. 46, p. 1) uniu-se a essa luta, aprovou a moção de indignação as violências contra a classe trabalhadora

alemã e, entre outras questões, o valor da liberdade individual, a luta contra o fascismo e a importância da educação.

Foi o que fizeram em relação à Alemanha, mas a luta é internacional, porque o polvo clerical se une a todas as forças governamentais e burguesas, para continuar ressurgindo a todo momento, com o seu poderio e domínio sobre o povo. Entretanto, aqui no Brasil, a resistência continua, conforme o autor anônimo de “Vida anarquista – A todos os anarquistas do Brasil” (*A Plebe*, 1933, n. 48, p. 2):

Não obstante haver a certeza de que no Brasil o fascismo não conseguirá medrar, porque, porque as condições de educação e as condições geográficas do país não são de molde a produzir vida a essa planta daninha do clericalismo, acham, entretanto, os anarquistas do Grupo Terra Livre, já em relações com os outros grupos, que, afim de evitar danos maiores à vida coletiva do Brasil, devem ser postas em prática todas as atividades revolucionárias no combate a essa praga que ameaça a tranquilidade do proletariado brasileiro (*A Plebe*, 1933, n. 48, p. 2).

Era importante a organização dos anarquistas e existia, de fato, uma luta de resistência, assim como no acreditar que a revolução social estava por vir; contudo, essa última fala se demonstra bastante ingênua e divergente do que Maria Lacerda de Moura e outros autores escreveram sobre a dominação do polvo clerical, que inclusive se utiliza das suas localizações geográficas, igrejas e escolas para pregar o seu entendimento sobre o que é certo, no sentido político, espiritual, educacional, de resignação social e obediência.

Como destacado acima, não são todos os autores que comungam desse entendimento do autor anônimo. Por exemplo, Antônio Manoel Vinhais, no artigo “Professores ou agentes do Vaticano?” (*A Plebe*, 1933, n. 52, p. 4), critica a influência clerical em todo o país, dando como exemplo o magistério e a escola normal, repletos de professores católicos. Convoca os intelectuais de consciência livre contra a arrogância do clero para bloquear o polvo clerical.

Não é diferente quanto à “A questão social na Constituinte” (*A Plebe*, 1934, n. 58, p. 1), na qual outro escritor anônimo, com uma escrita contundente, nega aos membros da Constituinte ou instituições de Estado a autoridade para resolver as questões dos trabalhadores. Diz já saber que a revolução de 30 trairia o povo com sua demagogia que, entre tantas questões, introduz

o ensino religioso nas escolas. A nossa educação é cheia de vícios e prejuízos, como enfatiza J. Carlos Boscolo, em “Verdades Sociais” (*A Plebe*, 1934, n. 59, p. 2). Por isso, conforme realçado na Conferência Operária Brasileira (*A Plebe*, 1934, n. 62, p. 3), é preciso:

[d]esenvolver constante propaganda contra todos os vícios e máus hábitos que prejudicam moral e fisicamente os trabalhadores, sustentando, ao mesmo tempo, uma permanente obra de educação e instrução em todos os meios obreiros, procurando elevar o nível dos conhecimentos intelectuais, profissionais e sociais da classe trabalhadora (*A Plebe*, 1934, n. 62, p. 3).

O entendimento da Conferência Operária Brasileira e dos movimentos grevistas estava articulado com o conceito anarquista de luta de classe, como é possível verificar, em “Os movimentos grevistas e o conceito anárquico da luta de classe” (*A Plebe*, 1934, n. 67, p. 1):

A luta de classes, como encaram os anarquistas, é a ação direta dos trabalhadores, como demonstração de uma independência de caráter e de consciência, contra as classes que exploram o trabalho escravizando os indivíduos ou submetendo-os por uma educação disciplinada com base na obediência ao chefe (*A Plebe*, 1934, n. 67, p. 1).

A autoridade tem um papel repressivo, com a desculpa de ser guardadora da moral, cedendo apenas por pressão. A história mostra que autoridade e justiça são incompatíveis, afirma Claudio de Lisle, em “Autoridade e justiça” - “A justiça quer a benevolência, a educação, a grandeza da alma, falando assim, enquanto a autoridade se alimenta da soberba, do orgulho, da vaidade e da violência” (*A Plebe*, 1935, n. 85, p. 2).

No artigo “Necessidades Urgentes” de Roinvjócira (*A Plebe*, 1935, n. 83, p. 2), se pergunta: “E quantos, quantos por aí andam já perdidos no labirinto de uma escravidão branca sob o jugo de uma minoria de mistificadores [...]”. Na dominação do clero, como frisa J. Alves, em “A exploração clerical no Brasil” (*A Plebe*, 1935, n. 93, p. 3), que vai vagarosamente tomando espaços até “[...] o ensino religioso nas escolas, Cristo no Tribunal, a Constituição decretada em nome do padre do Filho e do Espírito Santo, a igreja novamente casa com o Estado [...]” (*A Plebe*, 1935, n. 93, p. 3).

Considerações Finais

Encerra-se este escrito, que teve como objetivo a pesquisa documental sobre Maria Lacerda de Moura e a educação em três jornais, sendo dois deles da imprensa anarquista brasileira e um na imprensa de grande circulação. Os três serviram para verificar o que se falava da autora, na imprensa anarquista ou não, sendo os dois primeiros para descobrir quais eram outros “objetores de consciência”, autores anarquistas, anticlericais, e o que tratavam sobre educação.

A leitura dessas fontes documentais, principalmente as anarquistas, se fez de suma importância para se compreender que não era apenas Maria Lacerda de Moura que pensava da forma como se apresenta, nos Capítulos 2 e 3, a dominação dos fascistas, da Igreja Católica e seus intelectuais sobre a educação brasileira e seu povo. Pode-se, através desses documentos, verificar em outros autores, alguns conhecidos e outros anônimos, que a percepção sobre a interferência do fascismo e da Igreja Católica estava nos escritos dos escritores e militantes anarquistas e anticlericais.

A luta contra a dominação da Igreja Católica era fortíssima, a ponto de um dos jornais, *A Lanterna*, ser declaradamente anticlerical, denunciando todos os abusos de poder dessa instituição, a qual se utiliza de um dogma e da crença massiva da população para controlar a todos e dominar sobre eles, influenciando inclusive a sua vida política partidária, no sentido de que usa os espaços religiosos para fazer a pregação dos fascistas.

Para esses autores, os espaços de educação são importantes lugares de formação das mentes da população e, assim, o clero, o fascismo e seus intelectuais, ou melhor dizendo, os superelefantes, conforme designou Maria Lacerda de Moura, lutavam para se manter dentro deste campo e perpetuando a dominação, domesticação, controle e servilismo do povo. É o polvo clerical!

O polvo clerical é assim denominado por Maria Lacerda de Moura, como outros autores, entre eles Xisto Leão, autor cuja identidade infelizmente não se sabe e cujas ideias se aproximam demasiadamente com os escritos de Maria Lacerda de Moura sobre educação. Esse polvo que se pretende estar presente em todos os espaços da sociedade, para controlar a população, pois sem ele, sem Deus, os homens e mulheres estão perdidos, de sorte que apenas através dos seus ensinamentos de domesticação e servilismo há salvação.

É preciso, segundo os autores e autoras, combater esse polvo clerical e sua dominação, que é fundamentalista, é imperialista, é capitalista, é fascista, se molda conforme o grupo político que está dominando, para se manter no poder. Nesse sentido, conhecer outros autores, através dessas fontes, mostrou-se muito profícuo, na contribuição do entendimento sobre o fascismo, a Igreja Católica e a educação, no Brasil da década de 1930. Na busca por esse tema e sobre Maria Lacerda, encontramos a crítica a respeito dessa autora, sendo esta específica sobre um dos livros da escritora, elencado como base para os estudos dos seus escritos sobre clero, fascismo e educação.

Referências

A ALEMANHA subjugada pelo nazismo. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 36, 5 ago. 1933, p. 4.

ALVES, J. A exploração clerical no Brasil. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 93, 20 jul. 1935, p. 3.

A QUESTÃO social na Constituinte. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 58, 17 mar. 1934, p. 1.

ATOMO. Humildade, resignação e tolerância... **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 41, 23 set. 1933, p. 2.

BONGADO. Revolução social. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 42, 30 set. 1933, p. 2.

BOSCOLO, J. C. Verdade sociais. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 59, 31 mar. 1934, p. 2.

B. S. Paradoxo. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 37, 12 ago. 1933, p. 4.

CALDERON, A. Serei anarquista? **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 15, 25 fev. 1933, p. 1.

CARVALHO, C. O século da criança. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 71, 15 set. 1934, p. 2.

COMITÊ ORGANIZADOR DE CAMPINAS. Aos homens de consciência livre. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 29, 17 jun. 1933, p. 4.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DAS TRABALHADORAS EM BRUXELAS. As mulheres contra o fascismo. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 46, 4 nov. 1933, p. 1.

CONFERÊNCIA OPERARIA BRASILEIRA. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 62, 12 maio 1934, p. 3.

GARCIA, M. Anarquismo, sindicalismo e revolução social. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 58, 17 mar. 1934, p. 2.

GONÇALVES, A.; BRUNO, A.; QUEIROZ, C. Apresentação. *In*: MOURA, M. L. **Renovação** [1919]. Fortaleza: Fac-Símile, 2015.

HALPERN, H. A religião e o proletariado. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 42, 30 set. 1933, p. 1.

INGENIEROS, J. Pela humanidade futura. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 22, 29 abr. 1933, p. 4.

LEÃO, X. Não é de padres que se precisa. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 357, 3 ago. 1933a, p. 1.

LEÃO, X. Brasileiros, a postos! Oponhamo-nos resoluta e energicamente á expansão do perigo negro que nos ameaça. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 359, 17 ago. 1933b, p. 3.

LEÃO, X. Não hesitemos: Guerra ao Vaticano! – Abaixo as mistificações e os embustes que nos achincalham e nos aniquilam. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 361, 14 set. 1933c, p. 3.

LEÃO, X. Para que se faz a revolução? Para o povo? Para os Padres? **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 367, 7 dez. 1933d, p. 1.

LEÃO, X. Revolucionarios de verdade, ou joguetes da padralhada? **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 368, 21 dez. 1933e, p. 1.

LEÃO, X. Não será com padres nas escolas que evitaremos a escravidão fascista no Brasil. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 374, 22 mar. 1934a, p. 2.

LEÃO, X. O polvo clerical não dominará o Brasil. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 380, 28 jun. 1934b, p. 4.

LEÃO, X. O monstro clerical e sua sórdida missão. **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 399, 10 ago. 1935b, p. 4.

LISLE, C. Autoridade e justiça: A justiça quer a benevolência, a educação, a grandeza da alma, falando assim, enquanto a autoridade se alimenta da soberba, do orgulho, da vaidade e da violência. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 85, 30 mar. 1935, p. 2.

MORAIS, J. P. O clero e a contra-revolução. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 7, 7 jan.1933, p. 3-4.

MOURA, M. L. Covardia Mental (Catecismo Herege). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 358, 10 ago. 1933, p.1.

MOURA, M. L. Direitos civis e políticos da mulher. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 18, 25 mar. 1933d, p. 2.

MOURA, M. L. A política não me interessa. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n.19, 8 abr. 1933e, p. 1.

MOURA, M. L. A propósito das perseguições aos israelitas. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 24, 18 maio 1933f, p. 2.

MOURA, M. L. Nem governos, nem sacerdotes... **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 34, 22 jul. 1933i, p. 2.

MOURA, M. L. A Legião Negra de São Paulo (do livro inédito **A Epopeia Bandeirante...**). **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 36, 5 ago. 1933, p. 2; n. 37, 12 ago. 1933, p. 2; n. 38, 26 ago. 1933, p. 2; n. 39, 9 set. 1933k, p. 2.

MOURA, M. L. Exploração infantil e ensino (Catecismo Herege). **A Lanterna** – jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 373, 8 mar; 1934b, p. 2.

MOURA, M. L. **Ferrer, o clero romano e a educação laica**. 2. ed. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2021c. [1ª edição – São Paulo, 1934].

OS 10 MANDAMENTOS do leitor catolico. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 16, 4 mar. 1933, p. 3.

O POLVO CLERICAL (*charge*). **A Lanterna** - jornal de combate ao clericalismo. São Paulo, n. 396, 1 jun.1935, p. 1.

OS MOVIMENTOS grevistas e o conceito anárquico da luta de classes. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 67, 21 jul. 1934, p. 1.

PASSOS, S. Educação ou retrocesso. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 39, 9 set. 1933, p. 4.

PASSOS, S. Francisco Ferrer. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 73, 13 out. 1934b, p. 3.

PONTOS DE DOCTRINA: as razões porque somos libertários ou anarquistas. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 22, 29 abr. 1933, p. 4.

RIGONATI, O. Conceitos de um caipira paulista. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 20, 15 abr. 1933, p. 3.

ROINVJÓCIRA. Necessidades urgentes. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 83, 2 mar. 1935, p. 2.

SANCHES, M. Momento pedagógico. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 8, 14 jan. 1933a, p. 2.

SILVA, R. R. **Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930 -1945)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 2005. Disponível: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=497375>. Acesso: 30 maio 2023.

TÁVORA, J. O nosso conto – um patriota. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 24, 13 maio 1933, p. 3.

TRABALHADOR, SÊ TEU PRÓPRIO DEFENSOR. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 20, 15 abr. 1933, p. 2.

TRAGTENBERG, M. **Sobre educação, política e sindicalismo**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Unesp, 2004 (Coleção Maurício Tragtenberg. Direção: Evaldo A. Vieira).

UNIÃO DOS ARTÍFICES EM CALÇADOS. O nosso grito de Repulsa contra o bandoleirismo fascista - Ignorância e Cultura. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 34, 22 jul. 1933, p. 4.

VANGUARDEIRO. Trio Corruptor. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 13, 11 fev. 1933, p. 4.

VIDA ANARQUISTA: A todos os anarquistas do Brasil. **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 48, 2 dez. 1933, p. 2.

VINHAIAS, A. M. Professores ou agentes do Vaticano? **A Plebe** – periódico libertário. São Paulo, n. 52, 30 dez. 1933, p. 4.